

## A CONTRADIÇÃO COMO PARÂMETRO DE COMPREENSÃO DA EXISTÊNCIA CAMPONESA

João Edmilson Fabrini<sup>1</sup>

### RESUMO

O mundo da mercadoria e a idéia de uniformidade das relações capitalistas de produção levam à compreensão do campesinato como uma classe em extinção. Neste contexto, o campesinato foi teorizado pelo seu fim. Por outro lado, a teoria marxista imputou o sentido de divisão da sociedade em classes e sua reprodução contraditória e desigual, possibilitando a compreensão da existência camponesa no interior das relações capitalistas de produção.

**Palavras-chave:** Camponeses, contradição, relações capitalistas, território.

---

### THE CONTRADICTION AS PARAMETER OF THE EXISTENCE PEASANT'S UNDERSTANDING

### ABSTRACT

The world of the merchandise and the idea of uniformity of the capitalist relationships of production take to the understanding of the peasants as a class in extinction. In this context, his/her end theorized the peasant. On the other hand, the Marxist theory imputed the sense of division of the society in classes and his/her contradictory and unequal reproduction, making possible the existence farmer's understanding inside the capitalist relationships of production

**Key words:** Peasants; contradiction; capitalist relationships; territory.

---

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Depto de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus Marechal Cândido Rondon. e-mail: [fabrini@unioeste.br](mailto:fabrini@unioeste.br)

## INTRODUÇÃO

A referência à expansão das relações capitalistas de produção tornou-se obrigatória para os estudos sobre o campo brasileiro. Entretanto, é necessário refletir sobre o sentido desta expansão em que a contradição assume conteúdo central nesta compreensão. É neste contexto que será discutida a existência camponesa.

No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social. São muitos os exemplos de lutas camponesas no Brasil, bem como em muitos outros países, que evidenciam a construção desse lugar na sociedade.

Os camponeses possuem capacidade de realização de ações coletivas. Estas ações coletivas podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. As lutas desenvolvidas nos assentamentos de sem-terra são exemplares. Pela luta, os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazê-los desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que uma possibilidade aberta e criada pelas relações capitalistas de produção.

## A COMPREENSÃO DO CAMPESINATO PELA UNIFORMIDADE DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Recentemente, foi interpretado como um *agricultor familiar*.

As discussões sobre o campesinato foram norteadas, principalmente, pelo seu papel na revolução socialista. Foi a partir da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários que foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre os camponeses.<sup>1</sup>

O referencial teórico marxista “oficial” imputou ao estudo do campesinato o sentido da divisão da sociedade em classes e o conflito existente entre elas. Nesta concepção marxista, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista). O camponês foi considerado de fora do modo de produção capitalista, ou seja, um resquício que iria desaparecer com a intensificação do capitalismo.

O fundamento da compreensão de Marx sobre a sociedade capitalista é elaborado a partir dos economistas clássicos. Os economistas clássicos se constituíram no horizonte teórico de Marx, estabelecido na produção, reprodução e circulação do capital. São ilustrativas as palavras de Malagodi (1993):

Em outras palavras, as obras de Smith e Ricardo passaram a definir não apenas a pauta de investigações de Marx, mas o universo de problemas no qual, por longas décadas, se moveria seu pensamento [*grifo do autor*]. (MALAGODI, 1993, p. 78).

A referência ao campo e, conseqüentemente, aos camponeses, é feita a partir da teoria do valor e a interpretação da questão agrária entendida no interior da renda fundiária. Neste universo de interpretação não cabia o camponês. Foi uma interpretação teórica baseada na crítica da economia política e desenvolvimento do capitalismo industrial/urbano.

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria. As relações capitalistas seriam “puras”, possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção. As situações irregulares seriam parte do passado que estaria presente, mas como resíduos que cedo ou tarde seriam descartados.

A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. Foi um entendimento de que no império do capitalismo mercantil/industrial não caberiam relações não tipicamente capitalistas (camponeses). Portanto, o campesinato era um estranho ao mundo da mercadoria. É importante observar que esta é uma compreensão do desenvolvimento assentada, principalmente, no livro I de *O Capital* (1982) de Marx e refere-se à uniformidade das relações de produção capitalistas.

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1987), Marx atribui conteúdo político ao campesinato francês. A dinastia de Bonaparte, à qual Marx se referiu, representava um camponês conservador que não lutava para superar a condição de existência que a pequena propriedade lhe impunha, mas um camponês que queria consolidar a sua propriedade. Portanto, os camponeses eram reconhecidos em suas ações, no caso do apoio de Bonaparte, pelas manifestações políticas conservadoras e de manutenção da propriedade da terra.

Nesta análise, o bonapartismo foi considerado uma anomalia, pois se tratava de um Estado apoiado nos camponeses. Os camponeses eram uma anomalia na razão da mercadoria, pois não tinham lugar no capitalismo porque não formavam classe alguma e, assim, seriam dependentes do poder do Estado para garantir sua existência.

No poden representarse a si mesmos, deben ser representados. Su representante debe aparecer al mismo tiempo como su amo, como una autoridad sobre ellos, como un poder gubernamental ilimitado que los proteja de las otras clases y les envíe lluvia y sol desde las alturas. Así pues, la influencia política de los campesinos minifundistas encuentra su expresión final en el poder ejecutivo que subordina la sociedad e él mismo. (MARX, 1979, p. 208).

É neste sentido, da sua incapacidade de organização política de classe na França, que surge a figura de Bonaparte para os camponeses. A possibilidade da propriedade foi condição para o apoio dos camponeses a Bonaparte, que se apresentava como representante de todas as classes. Os camponeses, sujeitos à burguesia financeira, viam em Bonaparte uma forma de representação e de garantia da propriedade.

A propriedade privada, inclusive a camponesa, poderia ser considerada uma forma odiosa de apropriação porque disfarçava a opressão que ela engendra, ou seja, a subordinação do homem. Malagodi (1993) refere-se à propriedade camponesa, afirmando que, a partir desta compreensão, não é o camponês que possui a terra, mas, sim, a terra, a propriedade, que o possui. Portanto, as duas formas de propriedade (capitalista ou camponesa) apresentavam o mesmo conteúdo, ou seja, o fato de ela apropriar-se do homem e não o homem dela<sup>ii</sup>.

Engels (1981) é outro autor que analisa o campesinato. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de

terras, para, assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo. A contribuição dos camponeses para a construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre o socialismo e existência do campesinato.

Esta idéia foi exposta ao tecer crítica ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês em 1894, em que Engels (1981) argumenta que não se justificava concessão de terra parcelar aos camponeses, como defendia o Partido, pois eles estariam em vias de extinção e desaparecimento com a intensificação das relações de produção capitalistas.

O argumento de Engels (1981) era de que a missão do socialismo seria reunir propriedade dos meios de produção e trabalho de forma coletiva. Engels ainda apontava para a contradição na proposta do Partido Socialista Francês, ou seja, a necessidade de procurar assegurar ao pequeno proprietário a sua parcela de terra, sabendo que o seu futuro seria o desaparecimento.

A exploração individual não permitiria a libertação da subordinação dos camponeses, não sendo possível a saída do circuito de miserabilidade pela forma parcelar de exploração da terra. A proposta de Engels (1981) para os camponeses consistia em canalizar a produção camponesa para um exemplar regime cooperativo, para que assim os camponeses pudessem ver as vantagens dessa forma de trabalho.

Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também neste caso a reunião das fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em setores iguais em direito e deveres à grande cooperativa nacional de produção. (ENGELS, 1981, p. 78).

Aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (operários), encarregada da sua salvação. Esta salvação passava pela necessidade de assimilação das relações de produção capitalistas, onde a condição assalariada seria elemento básico para a libertação da subordinação camponesa.

Os debates ocorridos no Partido Social-Democrata Alemão, no final do século XIX sobre a agricultura capitalista, contribuíram para a elaboração da principal obra de Kautsky, *A Questão Agrária*, em 1899. Nesta obra, Kautsky não vê possibilidade de existência camponesa com a expansão do capitalismo assentado na atividade industrial. No mesmo ano de publicação de *A Questão Agrária*, mas em condições completamente diferenciadas, surge a obra de Lênin tratando do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O estudo de Lênin foi elaborado num país agrário onde predominavam as

relações não-capitalistas. Na Rússia “...Lênin se movia no interior de uma sociedade cuja estrutura de poder era absolutamente autocrática, onde o emergente proletariado não dispunha de tradições organizativas nem de experiência política”. (Paulo Neto, 1982, p. 09).

Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com o processo de industrialização. Na compreensão de Lênin, a grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento e modernização de relações sociais e de produção.

Estas condições seriam criadas com o estabelecimento de produção tipicamente capitalista para modernizar as relações sociais no campo. A criação destas condições de produção (desenvolvimento das forças produtivas e produção de mercadorias) ampliaria as forças revolucionárias da sociedade, constituindo-se numa revolução democrático-burguesa considerada um pré-requisito para a realização da revolução socialista.

O entendimento é de que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seria uma condição para superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a “base” material em que os camponeses estavam inseridos não permitia que eles se construíssem enquanto sujeitos políticos.

A capacidade dos camponeses de se erguerem contra a subordinação imposta pelo modo de produção capitalista e para destruírem sistemas opressores não é entendida nos esquemas teóricos que não reconhecem o conteúdo contraditório das relações capitalistas como capacidade de contribuir na construção do novo modelo de sociedade socialista. Os camponeses teriam grande poder de destruição de sistemas que os subordinam, mas quando se trata de contribuir na construção do socialismo, por exemplo, estes seriam incapazes, pois o contexto social e de produção em que estão inseridos não permite tais ações.

É ilustrativo o entendimento das lutas nos assentamentos elaborado pelo MST. Entende que os camponeses não possuem “consciência coletiva” por causa da forma

como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento” elaborado em 2001.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [*grifo nosso*]. (CONCRAB, 2001, p.07).

A eliminação das características camponesas entre assentados seria uma necessidade para o desenvolvimento econômico, social, político. A própria expansão das lutas e a realização da revolução socialista dependeria da superação das características camponesas dos assentados.

A compreensão de desenvolvimento de atividades coletivas do MST, sustentada teoricamente em pressupostos marxistas, apresenta características que visualiza a superioridade da classe operária e o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura, sendo o campesinato uma relação atrasada. A leitura de Marx é feita como se ele fosse um teórico do desenvolvimento igual e das forças produtivas (evolucionista) e não da revolução e do conflito de classes. Mas, o campo brasileiro é marcado pela ruptura e contra-ordem e não pela evolução. “No campo, porém, na nossa tradição camponesa, as grandes mudanças não estão associadas a nenhum evolucionismo e sim a rupturas, socialmente concebidas como inversão de ordem”. (MARTINS, 1989, p. 21).

A construção teórica de superioridade da classe operária no processo de construção do socialismo e sua missão revolucionária já foi criticada, entre outros autores, por Gorender (1999), que destaca que o marxismo, bem como seus fundadores (Marx e Engels) não foram até o fim, e, depois de 150 anos (Manifesto Comunista), ainda se constituem como idéias utópicas. Segundo Gorender (1999), Marx e Engels ficaram entre a teoria e a ciência, que tinha como objetivo substituir o socialismo utópico pelo científico.

Marx, apesar de comprovar, através da teoria do valor e da mais-valia, que a classe operária era explorada, não conseguia comprovar que é revolucionária, não oferecendo argumentos empíricos para esta afirmação, embora o operariado tenha sido exaltado como classe revolucionária, sendo aquela que possui uma abrangência total da

sociedade, ou seja, seria a classe que substituiria a visão parcial pela total. (Gorender, 1999, p. 34).

Os proletários a que Marx se referiu foram aqueles trabalhadores desprovidos dos meios de produção e que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca do salário. É importante destacar que os operários que Marx reconhecia como classe revolucionária e que promoveriam as transformações na estrutura da sociedade eram aqueles da indústria.

O crescimento do operariado com o desenvolvimento da indústria e a superação do artesanato demonstrava a superioridade e capacidade organizativa destes trabalhadores, pois o desenvolvimento do capitalismo levaria também ao aumento da revolta dos operários. Assim, “O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX e ENGELS, 2000, p.28).

Para Gorender (1999) os operários estão inseridos num movimento dentro do universo burguês e da mercadoria e não possuem intervenção anticapitalista. A classe operária é entendida ainda enquanto uma classe reformista que pode ser, do ponto de vista tático e estratégico, uma importante força para a busca da revolução. Mas, segundo Gorender, após um século e meio, “... não existe nenhuma revolução socialista que tenha se seguido a uma prática reformista. Esta, absolutamente, em nenhum caso, preparou qualquer revolução”. (GORENDER, 1999, p. 40).

## **A INTERPRETAÇÃO DO CAMPESINATO A PARTIR DA CONTRADIÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS**

Se autores marxistas, e o próprio Marx, por um lado, não vêem continuidade de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalistas, por outro, apontam o princípio da contradição e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Apontam para o entendimento de campesinato pela resistência e luta desenvolvida por eles. Portanto, a idéia de contradição elaborada por Marx permite outra interpretação de campesinato.

As leis tendenciais do capital como o monopólio, centralização, internacionalização, por exemplo, se contrapõem pela lei do desenvolvimento desigual. Assim, a tendência ao monopólio depara-se com a contra-tendência que é a



concorrência, da mesma forma que a centralização, pela fragmentação e a internacionalização, pelas particularidades nacionais, regionais e locais.

Lênin (1982) aprofunda a compreensão de campesinato ao tratar do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao reportar-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de *O Capital*, que trata do desenvolvimento igual das relações capitalistas dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de *formação econômico-social*, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social implica no reconhecimento de um descompasso entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada num mesmo espaço.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação entre as relações sociais e as forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada.

Segundo Gruppi (1979), ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin vai tratar da particularidade do campesinato e a especificidade daquela formação histórica, articulada com o desenvolvimento capitalista. É importante destacar, neste momento, que a lei de “desenvolvimento universal” do capitalismo, analisada por Marx, deve estar vinculada ao conceito de formação econômico-social, também formulado por Marx, que nos fornece “...um método de decomposição da sociedade, de especificação dos seus elementos e de suas relações recíprocas”. (GRUPPI, 1979, p. 09).

Gruppi (1979) afirma ainda:

A análise Marxista pode ser tão rica porque encontrou a chave do conceito de formação econômico-social. Graças a essa noção, a sociedade não é mais esta formação indistinta capaz de gerar a ilusão de poder encontrar a sua ‘explicação’ em pretensas leis universais... Na concepção de Lênin, a sociedade se desenvolve em formações econômico-sociais distintas, das quais podem ser determinadas as leis específicas que as governam. (GRUPPI, 1979, p. 10).

A partir do reconhecimento destas especificidades pode-se afirmar que o conflito de classes no campo não se manifesta de maneira uniforme como na indústria onde, de um lado, encontram-se os operários, e de outro, a burguesia. O conflito de

classes no campo não está restrito ao conflito existente entre operários agrícolas e burguesia rural/proprietários de terra.

A complexa trama da reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e às manifestações desenvolvidas por eles, pois se trata de uma luta contra a ordem capitalista.

A revolta do camponês atinge o capitalismo e não só os proprietários de terra, ou seja, atinge o “mecanismo” de transferência de renda para o capitalista (bancos, indústria, comércio). O proprietário de terra que acumula renda está inserido numa lógica, num modo de controle de apropriação da renda que tem como raiz a distribuição da mais-valia que vai para o proprietário da terra e não para a ampliação da produção capitalista, ou seja, é uma mais-valia “inutilizada”.

O camponês, na sua revolta, atinge os proprietários de terra também, porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social garantida pela propriedade da terra. A revolta camponesa é contra a transferência da renda da terra para o capitalista ou para o proprietário fundiário, mas para este último de forma indireta.

Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes; por isso o desespero, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas. (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p. 134).

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalistas/proprietários de terra não está no princípio da mercadoria, mesmo considerando a lógica da exploração e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e proprietários de terra através da circulação de mercadorias.

O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto (...) a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum patrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta (...) O verdadeiro patrão dos camponeses é a indústria e o Estado. (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p. 134).

Portanto, se os operários lutam contra a exploração da mais-valia, assim, também fazem os camponeses, que lutam contra aquilo que os oprime, ou seja, o modo

de controle que exige a transferência da mais-valia (social) em forma de renda da terra. A revolta dos camponeses é contra a renda da terra (equivalente de mais-valia) transferida aos capitalistas, assim como o fazem os operários contra a mais-valia.

Ao estudar os camponeses, Martins (1989, 1990, 2000) levanta a necessidade de reinterpretação das lutas dos camponeses, reconhecendo na luta pela terra a forma de garantia de seu lugar no processo social e político. Martins coloca a luta pela terra, que na realidade é uma luta contra a renda da terra, no centro da sua compreensão do campesinato. As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual tem procurado se fazer ouvir. Neste sentido, é preciso saber ouvir sua fala. “Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”. (MARTINS, 1990, p.17).

Portanto, segundo Martins (1990), é por meio de suas lutas que o camponês fala e constrói sua participação social. São inúmeros os exemplos de formas de fala dos camponeses, ou seja, a fala de suas ações políticas que é essencialmente para entrar na terra e nela permanecer (contra a expropriação e subordinação).

No contexto de reprodução e existência camponesa destaca-se também o estudo de Chayanov (1974). A obra de Chayanov sobre o campesinato se constitui numa importante referência sobre a questão e coloca, como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Mas, Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo da família para entender o trabalho camponês<sup>iii</sup>.

Chayanov (1974) vê uma dinâmica em que a relação consumo-produção seria aumentada, considerando o número de trabalhadores da família. A expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio.

Os caminhos trilhados por Chayanov (1974) para a explicação da racionalidade camponesa são paralelos à explicação baseada no lucro médio e renda. Enquanto Lênin (1982) fala de uma diferenciação social, Chayanov fala de uma diferenciação demográfica, ou seja, do número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão em Chayanov está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês - um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. O tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção.

Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo. Enquanto Chayanov (1974) ficou com a produção camponesa em si, os estudos marxistas vão apontar para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin (1982), por exemplo, destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Os estudos de Oliveira (1986, 1991) resgatam a idéia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas e o introduz na geografia agrária para compreender a existência e reprodução camponesa. Para Oliveira, a existência camponesa se constitui numa “traição” às leis capitalistas.

Outros autores ainda entendem as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento). (OLIVEIRA, 1991, 46).

A partir da teorização de Oliveira (1991), pode-se inferir que a existência do campesinato deve-se ao próprio capitalismo, ou seja, o campesinato seria uma criação das relações contraditórias do capitalismo. Isso ocorre porque os camponeses

conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro. Assim, a produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas.

Além dos projetos de colonização e migração, Oliveira (1991) cita o exemplo do arrendamento de terras por camponeses no Oeste do Estado de São Paulo, para indicar que o próprio capital lança mão da produção não-capitalista para produzir capital. Oliveira (1991) considera que o processo contraditório de desenvolvimento do capital ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade de reprodução e existência do campesinato.

Neste contexto, é interessante observar que não é necessariamente o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta. O capitalismo, que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses, é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que têm a sua existência garantida pela luta de resistência.

O sentido contraditório e desigual está no fato do camponês garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo ao campesinato, está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo inclusive para a produção de mercadoria.

O exemplo clássico de existência camponesa garantida mais pela luta e resistência do que a possibilidade que capitalismo cria ou abre para os camponeses é o dos sem-terra. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa à proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

Importante estudo do campesinato na interior do processo de contradição é apresentado por Almeida (2003) ao tratar da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Refere-se ao caráter ambíguo da existência camponesa ao remeter a discussão à consciência de *classe em si* e *classe para si*. Os camponeses, no seu entendimento são considerados como classe social, ou seja, a classe camponesa, apresentando-a como

“nova” classe da sociedade capitalista. Na sua compreensão ainda, o camponês revela-se como uma classe ambígua, pois ao mesmo tempo em que é um trabalhador, age como proprietário de terra e dos instrumentos de trabalho.

A situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela (re) criação de sua condição de classe *sui generis*, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores; porém, um trabalhador diferente do operário porque não se defronta cotidianamente com a exploração de seu trabalho e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição (ALMEIDA, 2003, p. 355).

É neste processo de condição contraditória de trabalhador e proprietário, apontado por Almeida (2003), que o camponês constrói sua existência e o seu lugar social. O que está colocado na discussão sobre o campesinato é a sua participação enquanto sujeitos sociais na construção de sua autonomia e libertação da subordinação ao sistema capitalista de produção.

Neste sentido, os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver um conjunto de manifestações coletivas para garantir a sua existência. Não é somente uma ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção de mercadoria, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos ao capital e os proprietários de terra.

### **AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E COMUNITÁRIAS ENTRE OS CAMPONESES E A CONTRADIÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS**

Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses que se revelam como componente do conteúdo contraditório das relações de produção capitalista.

O debate sobre o comunitário e o coletivo vem de longa data e está situado nas discussões ocorridas no interior da Internacional Comunista, sobretudo na I Internacional. Segundo Hegedüs (1986, p. 155), foi na I Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital,

nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia da liberdade individual. Os marxistas atacavam a produção camponesa considerando-a pelo seu conteúdo pequeno burguês, anticapitalista e romântico.

As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas<sup>iv</sup>. As revelações políticas construídas por meio das lutas não têm participação partidária e indicam uma nova compreensão do ordenamento da sociedade elaborada pelos sujeitos. Elas indicam o potencial e a capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque será por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda transferida para o capital na circulação da produção.

As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política construída no processo de luta pela terra e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

Fernandes (1996, 1998), procurando compreender as manifestações políticas das lutas camponesas dos sem-terras, refere-se à luta de negação da proletarização dos camponeses num processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista. A partir da terra conquistada desdobram-se novas lutas, como ocupações de terra e mobilizações nos assentamentos. Este desdobramento das lutas é entendido como espacialização e territorialização dos sem-terra. (Fernandes, 1998, p. 33).

As ações coletivas são atividades desenvolvidas a partir da construção de espaços de socialização política entre os camponeses dos assentamentos. Fernandes (1996), a partir de estudo de Grzybowski e Tarelho, refere-se a uma multidimensionalidade no espaço de socialização política que se expressa no “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e no “espaço de luta e resistência”.

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que podem ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os espaços de socialização política são o “... lugar de conhecer e aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania” (FERNANDES, 1996, p. 228).

Neste processo é construída outra dimensão da socialização política: o espaço interativo. Este espaço é entendido como uma segunda dimensão do espaço de socialização, em que os sujeitos possuem conhecimento crítico da realidade e de suas ações.

A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e a resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares. Neste momento, ocorre a espacialização da luta com a reprodução de experiências construídas a partir da socialização política. Fernandes (1996) considera a ocupação da terra e o acampamento dos sem-terra um espaço de luta e resistência. A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização, como marchas, caminhadas, ocupações de órgãos públicos, etc.

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1998), coloca a ocupação de terra e o acampamento como condição de territorialização da luta pela terra. A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio das suas lutas, o poder dos latifundiários. Verifica-se assim, que no entendimento de Fernandes (1996, 1998), a ocupação da terra está no centro do processo de espacialização e territorialização dos sem-terra.

Mas, por outro lado, a ocupação da terra se constitui num momento deste processo. A etapa posterior à ocupação, ou seja, o assentamento dos sem-terra é o espaço onde se materializa o território camponês. Sem a conquista da terra, as novas relações sociais não podem se materializar no espaço, a não ser numa área bem reduzida, ou seja, na área onde foram montadas as barracas dos sem-terra ocupantes. A ocupação é parte da territorialização camponesa, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas ou do campesinato.

Assim, é neste contexto de construção do território camponês no espaço dos assentamentos que se constroem ações coletivas e comunitárias como é o caso da formação de cooperativas, grupos de assentados, associações, núcleos de produção, grupos coletivos, núcleos de moradias, etc. As ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo. Portanto, as ações coletivas não significam necessariamente produção coletiva.



As ações comunitárias entre os camponeses nem sempre apresentam conteúdo político de questionamento do ordenamento social regido pelo capital. Muitas delas não são ações caracterizadas por vínculos ideológicos e políticos, mas pela solidariedade entre as pessoas. O mutirão, movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação social e motivado pelas mudanças políticas, é um exemplo.

Entretanto, não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário, e chegar na organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformar em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na trocas de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas, resistências e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobrarem em ações coletivas.

A temática sobre as relações e trabalho comunitário no campo é polêmica e controversa. Se, por um lado, pode ser entendida como uma forma atrasada e ultrapassada de relações, com raízes culturais vinculadas ao passado que tenderiam a desaparecer com o desenvolvimento das relações norteadas pela mercadoria, de outro lado, os laços comunitários podem ser entendidos como um meio renovador e moderno de relações.

Segundo Martins (1984, p. 7/8) as controvérsias políticas se desdobram em controvérsias teóricas em que uma “lógica camponesa” se opõe a uma “lógica mercantil-capitalista”.

Uma ‘lógica camponesa’ se oporia a uma ‘lógica mercantil-capitalista’, cada qual constituída rigidamente como base de concepções e movimentos específicos. (...) De um lado, a ‘lógica camponesa’, fechada, não teria condições de se renovar e não teria, portanto, nenhum germe de futuro, de transformação histórica, de sua própria superação e de superação da ‘lógica mercantil-capitalista’, a que se opõe e que se lhe opõe. De outro lado, as formas de trabalho comunitário seriam apenas postizas relações, inspiradas, na verdade, na ‘lógica mercantil-capitalista’, e meios de desagregação do mundo camponês em favor do capitalismo e não em favor de uma realidade social nova, igualitária e coletivista. (MARTINS, 1984, p.7/8).

Marcos (1996), ao tratar da construção de um território da utopia camponesa, estabelece diferença entre produção coletiva e produção comunitária. A forma comunitária de organização da produção permite a “sustentabilidade” da produção camponesa.

As formas comunitárias de produção, consideradas as ideais, requerem um nível maior de socialização do trabalho e estão próximas do comunismo primitivo. Destaca as comunidades Yuba e Sinsei em Mirandópolis e Guaraçaí, respectivamente, como prática de produção comunitária. Mais do que socialização da produção, estas comunidades exigem um grau de consciência que implica a realização de uma vida comunitária.

A compreensão de Marcos (1996) de organização da produção comunitária não visualiza conteúdo de luta de classe nas manifestações dos camponeses. Entretanto, esta forma de produção comunitária considerada ideal por Marcos (1996) não se coloca como alternativas de mudanças sociais para além do grupo envolvido e as implicações da socialização da produção está restrita à comunidade. A produção comunitária não se coloca como possibilidade de espacialização e territorialização pela luta, pois está fechada na sua esfera de ação.

É importante frisar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da cidadania e da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a

sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Santos (1978), em estudo sobre os Colonos do Vinho, no Rio Grande do Sul, refere-se às práticas de construção da utopia comunitária, destacando formas comunitárias de relações, como ajuda mútua, festas, religião, etc. Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma “consciência sindical”.

Há indícios, por conseguinte, de que a ‘sociedade’ começa a transformar-se numa associação de cidadãos reivindicantes perante o Estado, o que vale dizer que ela tende a ser redefinida em termos de requisitos políticos societários, na medida em que passa a ser um instrumento de mediação entre os colonos e o Estado. (SANTOS, 1978, p. 163).

No caso dos camponeses dos assentamentos de reforma agrária, o MST tem defendido a implementação de cooperativas como forma de realização de manifestações coletivas. Mesmo tendo à frente a dimensão econômica e produtiva como elemento fundamental da organização e luta dos camponeses e as várias dificuldades encontradas de manutenção e reprodução, as cooperativas se constituem numa estratégia de garantia de reprodução dos camponeses.

Evidentemente, as manifestações coletivas nos assentamentos não estão restritas às cooperativas e surgem muitas outras manifestações, como é o caso da formação de grupos de assentados, associações, núcleos de produção, etc.

Organizados na forma de núcleos e grupos, os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e os núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção do território camponês.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos de assentados não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mas pela identidade política construída no processo de luta. Os núcleos e os grupos formados por camponeses não são um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção

política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção necessariamente, mas a “identidade” política e de classe social forjada nas lutas que forma a coesão nos núcleos e grupos de camponeses, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, os camponeses assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção) são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os camponeses vão constituindo o seu território no espaço dos assentamentos de reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta contextualização verifica-se que a reprodução de relações não-capitalistas surge essencialmente como questionamento do ordenamento social regido pelo capital. Tratam-se de um questionamento desenvolvido por camponeses, sobretudo aqueles dos assentamentos de reforma agrária que indicam uma capacidade de resistência à dominação capitalista.

A partir de uma fundamentação teórica que privilegia o desenvolvimento igual das relações capitalistas, com uma tendência à uniformização e territorialização do capital não se compreende a manutenção e existência camponesa, ou seja, ao máximo que se pode chegar é tratar do camponês como um resíduo que cedo ou tarde irá desaparecer com a implantação de típicas relações capitalistas.

Por outro lado, verifica-se que a contradição não se constitui numa particularidade da expansão das capitalistas. A contradição é mesmo a essência destas relações reveladas pela existência do campesinato. É neste sentido, da compreensão do desenvolvimento desigual e contraditório das relações capitalistas que se compreende a existência camponesa neste modo de produção que lhe subordina e oprime.

## NOTAS

<sup>i</sup> A revolução russa foi um importante momento de formulação e aprofundamento das concepções teóricas sobre o campesinato. Foi neste momento que se confrontaram as concepções de campesinato dos teóricos marxistas e do Partido Bolchevique com o projeto dos próprios camponeses de participação na revolução.

<sup>ii</sup> Martins (1991), ao tratar da apropriação da terra, diferencia *terra de negócio* de *terra de trabalho*, estabelecendo diferenças de conteúdo da propriedade privada entre os camponeses, da propriedade privada dos latifundiários e capitalistas.

<sup>iii</sup> O estudo de Paulino (1997), se constitui numa importante referência para caracterizar e compreender o pensamento de Chayanov. Entretanto, a autora não reconhece que a abordagem de Chayanov sobre o campesinato é feita fora do modo de produção capitalista, ou seja, não reconhece que Chayanov vê o campesinato como um modo de produção.

<sup>iv</sup> Em *Que Fazer?*, escrito em 1902, Lênin deixa claro que a destruição de sistemas opressores feitos na revolução socialista passava pela necessidade de revelações políticas. Mas, estas revelações seriam possíveis pelas mãos do partido, o que indica que as “massas”, ou seja, os sujeitos, onde se incluem os camponeses, não seriam capazes de construir a sua liberdade sem as revelações políticas oferecidas pela direção partidária. “Apenas o partido que organizar verdadeiramente as revelações... poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias”. (Lênin, 1988, p. 70).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.

AMIN, S. VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CONCRAB. **O que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento**. São Paulo: Concrab. 2001.

ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: **A Questão Agrária**. Silva, J.G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.

FERNANDES, B. M. **MST - Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.

\_\_\_\_\_. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST. 1998.

GRUPPI, L. **O Pensamento de Lênin**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Graal. 1979.

GORENDER, J. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática. 1999.

HEGEDÛS, A. A Questão Agrária. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) **História do Marxismo IV: O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. 2.ed. Trad. De Luiz Sérgio N. Henriques et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 149-171.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. São Paulo. Nova Cultural. Os Economistas. 1986.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.

\_\_\_\_\_. **Que Fazer?** Tradução: Hucitec. São Paulo: Hucitec. 1988.

MALAGODI, E. **Marx e a Questão Agrária**. In: ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Campinas, ABRA, v. 22, 1993. p. 59-85.

MARCOS, V. **Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade**. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.

MARTINS, J. S. Prefácio. In: (Org). Neide Esterci. **Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 07-12.

\_\_\_\_\_ **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec. 1989.

\_\_\_\_\_ **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

\_\_\_\_\_ **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec. 1996.

\_\_\_\_\_ **Reforma Agrária: o Diálogo Impossível**. São Paulo: Edusp. 2000.

MARX, K. **El Campesinato Como Clase**: México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_ **O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

\_\_\_\_\_ **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes. 1987.

MARX, K. e ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

MST. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST, Caderno de Formação n.20. 1993..

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

\_\_\_\_\_ **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

PAULINO, E.T. A Questão Agrária e o Campesinato: um Retorno aos Clássicos. In: Caderno Prudentino de Geografia. **Geografia, Movimentos Sociais e Natureza**. N. 19/20. 1997. p. 5-25.

PAULO NETO, J. Introdução. In: **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982. p.07-21.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec. 1978.

WOLF. E. **Guerras Camponesas nos Século XX**. Melhoramentos: São Paulo. 1984.

---